



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

**CONTRATO Nº 0047/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE0065/2025**

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

O MUNICÍPIO DE ARACAJU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, COMO CONTRATANTE PRINCIPAL.

ENDEREÇO: RUA FREI LUIZ CANELO DE NORONHA, 42 - CONJUNTO COSTA E SILVA      BAIRRO: PONTO NOVO

CIDADE: ARACAJU      UF: SE      CEP: 49097-270

CNPJ: 13.128.780/0044-31

REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO THYAGO DA SILVA SANTOS

ESTADO CIVIL: CASADO      PROFISSÃO: ADVOGADO

CPF: 002.\*\*\*.\*\*\*-10      RG: 11\*\*\*\*\*597 SSP/BA

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

RAZÃO SOCIAL: AUTOMOVE LOCADORA DE VEICULOS LTDA

ENDEREÇO: AV EMPRESARIO JOSE CARLOS SILVA, Nº 1986, SALA 11 - FAROLANDIA, ARACAJU (SE) / BRASIL - CEP. 49030-640

TELEFONE: (79) 3019-1020; 79998609949; 79999011020

CNPJ: 37.610.534/0001-40

INSC. ESTADUAL:

REPRESENTANTE LEGAL: ILANA LIMA LUSTOSA

CPF: 003.\*\*\*.\*\*\*-63      RG: 31\*\*\*\*\*6 SSP/SE

O presente Contrato está de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, e sua legislação suplementar, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação Centralizada de Serviços Contínuos de locação de veículos, sem motorista e sem combustível, para atender às necessidades de todos os órgãos e entidades que compõem o Município de Aracaju, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, sob a forma de Contrato Corporativo, no Edital nº 65/2025 e seus anexos, bem como na proposta de preços da contratada, os quais constituem parte integrante deste documento, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

1.1.1. O Contrato Corporativo tem por objeto contratação de serviços com execução de natureza continuada de uso comum pelos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Aracaju, que demanda a necessidade de gerenciamento e controle de forma unificada para todos os órgãos e entidades participantes.

1.1.2. O Contrato Corporativo é celebrado e gerenciado pela Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLOG, através da Central de Compras e Licitações – CCL ou Secretaria Municipal da Comunicação Social, na condição de Contratante Principal, nos termos da Seção II, do Capítulo IV, do Decreto Municipal nº 7.178, de 12 de junho de 2023.

1.1.3. Os demais Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Aracaju, ao encaminharem suas demandas para o objeto da Contratação Centralizada formalizam seu compromisso em participar do Contrato Corporativo, concordando com as condições estabelecidas pelo Órgão Contratante Principal, bem como seu compromisso em integrar a relação contratual através da formalização de Termo de Anuência, na condição de Contratante Anuente.

1.1.4. A Contratação Centralizada tem caráter de fornecimento sob demanda, de modo que a prestação dos serviços é executada a partir do momento que o órgão ou entidade celebra o Termo de Anuência.

1.1.5. A Contratada, contudo, deve estar ciente que durante toda a vigência do Contrato deverá ter condições de prestar os serviços nas condições e quantidades estipuladas neste Contrato, caso solicitado nos Termos de Anuência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. Este Contrato possui vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 105 a 114, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação do prazo de vigência é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO, PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO, DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS, SEGURO DOS VEÍCULOS, SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS E SUBCONTRATAÇÃO**

3.1. O modelo de execução do objeto, os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como as regras relativas à possibilidade ou não de subcontratação estão discriminadas abaixo.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**3.2. Prazo e forma de execução do serviço:**

3.2.1. O prazo de início para execução dos serviços será de até **10 (dez) dias úteis**, após a solicitação formal da Contratante através de Ordem de Serviço.

3.2.2. O prazo de início para execução dos serviços poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pelo órgão Contratante.

3.2.3. Manter a qualidade e a regularidade dos serviços prestados.

3.2.4. Executar fielmente o objeto do Contrato comunicando imediatamente e com antecedência ao representante legal da SEPLOG/CCL/COAC a hipótese de ocorrências de qualquer fato impeditivo do seu cumprimento.

3.2.5. Apresentar fatura/nota fiscal de cobrança dos serviços, de acordo com os empenhos apresentados (enviados), fatura esta que deve ser detalhada e deverá discriminar todos os serviços executados e outras informações que se fizerem necessárias.

3.2.6. Comunicar a SEPLOG/CCL/COAC por escrito qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias em tempo hábil, principalmente quando for solicitada pela SEPLOG/CCL/COAC ou Órgão e Entidade Anuente.

3.2.7. Acatar as orientações da Contratante sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

3.2.8. Responder por danos causados diretamente à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços.

3.2.9. Implantar de forma adequada a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

3.2.10. Zelar pela perfeita execução dos serviços prestados.

3.2.11. Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.2.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da Contratada referente a esses encargos, não transfere a Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

3.2.13. Após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá informar a SEPLOG/CCL/COAC, os seus representantes credenciados que serão responsáveis pelo gerenciamento e coordenação dos serviços contratados. Caso haja mudança dos representantes da Contratada durante a execução do Contrato, a SEPLOG/CCL/COAC deverá ser imediatamente informada.

3.2.14. O Gerente do Contrato e o Coordenador dos Serviços da Contratada serão os responsáveis diretos pelas interfaces externas e internas, respectivamente com o Fiscal do Contrato de cada órgão.

3.2.15. Em caso de impedimento dos titulares acima mencionados, qualquer que seja a natureza que der causa a tal fato, deverá ser comunicado oficialmente o seu substituto no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, de modo a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços contratados.

3.2.16. Participar de reuniões periódicas com a Contratante para avaliação dos serviços prestados, apresentando soluções para os problemas detectados, adotando providências no sentido de superar eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços.

3.2.17. Permitir que a Administração Pública, às suas custas, proceda à identificação de cada veículo com a marca e o logo tipo do Poder Executivo Municipal, conforme as normas vigentes concernentes às políticas de comunicação e marketing institucionais do Município de Aracaju/SE, caso a Contratante tenha interesse.

### **3.3.Descrição dos Serviços:**

3.3.1. O início da prestação dos serviços de locação de veículos sob o regime de fretamento contínuo será contado a partir da solicitação formal da Contratante através da formalização de Contrato e Ordem de Serviço – OS. Os veículos deverão estar com o tanque cheio (completo) no ato da entrega e/ou recebimento.

3.3.2. A Contratada deverá apresentar o veículo no local indicado pela Contratante, no dia e horário marcados para o início das atividades, face à necessidade de vistoria.

3.3.2.1. Os veículos serão objetos de vistorias, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, contendo todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.

3.3.3. A Contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva do veículo, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrerem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

3.3.3.1. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: a lavagem semanal do veículo, as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo.

3.3.4. A Contratada deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como à verificação do balanceamento do conjunto roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção.

3.3.4.1. Os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 03 mm; e

3.3.4.2. Os serviços poderão ser executados pela Contratada em sua sede ou em empresa por ela determinada dentro do Município de Aracaju (Capital).

3.3.4.3. Não havendo substituição do veículo por outro igual ou superior no prazo previsto, fica resguardado a Contratante o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a Contratada estará sujeita às penalidades previstas no contrato.

3.3.5. A contratação pretendida tem como objeto a prestação de serviços de locação de veículos os quais ficarão à disposição da Contratante, 07 (sete) dias por semana, com **QUILOMETRAGEM LIVRE**, durante todo o período de vigência do Contrato.

3.3.6. Todos os veículos entregues à Contratante, no início das locações e/ou nas substituições, deverão estar devidamente abastecidos com os tanques cheios.

**3.3.7. Seguro dos Veículos:**

3.3.7.1. Os veículos locados, sem exceção, deverão possuir seguro vigente com cobertura mínima contra danos materiais e corporais a terceiros, sendo recomendável a contratação de seguro total que inclua colisão, roubo, furto e incêndio, além de assistência 24 (vinte e quatro) horas.

3.3.7.2. A Contratada deverá entregar, no ato da entrega inicial do veículo ou de sua substituição, cópia autenticada da apólice ou comprovante oficial de contratação do seguro ao Fiscal do Contrato. A não apresentação da documentação implicará na rejeição do veículo, podendo acarretar aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

3.3.7.3. A Contratada deverá providenciar, tempestivamente, a renovação do seguro dos veículos, sob pena de:

3.3.7.3.1. Arcar integralmente com os custos decorrentes de qualquer sinistro.

3.3.7.3.2. Não receber o valor correspondente aos dias em que o veículo permanecer imobilizado nas dependências



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

da Contratante.

3.3.7.3.3. Estar sujeita às penalidades previstas neste Termo de Referência, incluindo a rescisão contratual por inadimplemento.

3.3.7.4. A cobertura mínima exigida dos seguros deverá contemplar, obrigatoriamente:

3.3.7.4.1. Danos materiais e corporais a terceiros.

3.3.7.4.2. Colisão, roubo/furto, incêndio e assistência 24 horas.

3.3.7.4.3. Seguro vigente durante toda a vigência contratual.

3.3.7.4.4. A Contratante não será responsável por qualquer valor referente à franquia do seguro, que deverá ser integralmente assumida pela Contratada.

**3.3.8. Substituição dos Veículos:**

3.3.8.1. A Contratada deverá, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, substituir os veículos locados sempre que estiverem imobilizados por problemas técnicos, acidentes, furto, roubo ou qualquer outra ocorrência cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada.

3.3.8.2. Os veículos dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 7 deverão ser substituídos quando a quilometragem atingir 70.000 km rodados ou 02 (dois) anos, o item 8 deverá ser substituído quando a quilometragem atingir 70.000km ou 03 (três) anos e o item 6 deverá ser substituído quando a quilometragem atingir 150.000 km rodados ou 03 (três) anos, no prazo de 15 dias úteis da solicitação formal do ÓRGÃO ANUENTE acompanhada do termo de anuência com a ordem de serviço e o devido empenho, apresentando o veículo com quilometragem máxima de 10.000 km/rodados para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 7, veículo com quilometragem máxima de 15.000 km/rodados para o item 8 e veículo com quilometragem máxima de 40.000 km/rodados para o item 6.

3.3.8.3. Os veículos deverão ser entregues pela Contratada à Contratante com o tanque de combustível cheio (completo) no momento da entrega inicial, da substituição provisória (manutenção preventiva e corretiva) e troca definitiva. A Contratante sempre que fizer necessária a substituição provisória (manutenção preventiva e corretiva) e a devolução definitiva do veículo, o fará com tanque cheio (completo).

3.3.8.4. Os veículos disponibilizados em substituição não poderão ser objetos de cobranças adicionais em nenhuma hipótese, sendo vedado o faturamento duplicado nas faturas mensais em razão de substituições motivadas por falhas técnicas, sinistros e quando for necessário não justificado pela Contratada.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

3.3.8.5. Os veículos de substituição deverão atender, obrigatoriamente, às mesmas especificações técnicas, operacionais e de conforto daqueles a que se destinam a substituir, sendo vedada a utilização de veículos com especificações inferiores.

3.3.8.6. A substituição do veículo imobilizado deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em caso de falhas mecânicas, acidentes, furto/roubo ou qualquer outra situação que o afaste do serviço, a contar do recebimento da notificação formal expedida pela Contratante.

3.3.8.7. O descumprimento do prazo acarretará:

3.3.8.7.1. Aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

3.3.8.7.2. Desconto proporcional no valor da fatura mensal.

**3.3.9. Da subcontratação:**

3.3.9.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato.

3.3.9.2. É vedada a subcontratação total do objeto.

3.3.9.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3.9.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.3.9.5. O faturamento dos serviços subcontratados deverá ocorrer exclusivamente em nome da Contratada, vencedora do certame, permanecendo a Contratante como única responsável pela fiscalização e validação das etapas do objeto executadas por qualquer subcontratada

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

4.1. O valor total do presente contrato é de até **R\$ 5.149.764,00 (CINCO MILHÕES, CENTO E QUARENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS)**, conforme detalhamento de preços unitários e total discriminados na proposta de preços da Contratada de acordo com a tabela constante abaixo.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

				A	B	C = B X 12	D = A X B	E = D X 12
Nº ITEM	CÓDIGO CONTABILIS	ESPECIFICAÇÃO	APRESENT	QUANT. ESTIMADA DE VEÍCULOS	VALOR POR VEÍCULO (MENSAL) R\$	VALOR POR VEÍCULO (ANUAL) R\$	VALOR TOTAL (MENSAL) R\$	VALOR TOTAL (ANUAL) R\$
01	111300	<u>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO HATCH</u>  Especificações Mínimas do Veículo:  Ano/Modelo: 2025/2025, com no máximo 10.000km rodados; Cor: preferencialmente na cor Branca; Potência: Mínimo de 1.0; Combustível: Gasolina e/ou Flex; Direção: Hidráulica e/ou Elétrica; Ar Condicionado; Tanque de Combustível: Mínimo de 44 litros; Porta-Malas: Mínimo de 250 litros; Portas: 04 portas; Lugares: Mínima para 05 passageiros; Trava Elétrica nas portas e porta-malas; Vidro Elétrico nas portas; Som USB contendo no mínimo uma entrada para mídia externa; Sensor de ré, Câmera de ré;  <b>VEÍCULO OFERTADO:</b> <b>CITROEN – C3</b>	UND	150	2.655,32	31.863,84	398.298,00	4.779.576,00
03	112048	<u>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO COM CAÇAMBA (ADAPTADA COM CAPOTA MARÍTIMA)</u>  Especificações Mínimas do Veículo:  Ano/Modelo: 2025/2025, com no máximo 10.000km rodados; Cor: preferencialmente na cor Branca; Potência: Mínimo de 105 cv; Combustível: Gasolina e/ou Flex; Direção: Hidráulica e/ou Elétrica; Ar Condicionado; Capacidade de Caçamba: Mínimo de 700kg; Portas: 02 portas; Lugares: Mínima para 02 passageiros; Trava Elétrica nas portas; Vidro Elétrico nas portas; Som USB contendo no mínimo uma entrada para mídia externa; Adaptada com capota marítima; Sensor de ré; Câmera de ré;  <b>VEÍCULO OFERTADO:</b> <b>FIAT STRADA</b>	UND	10	3.084,90	37.018,80	30.849,00	370.188,00
<b>VALOR TOTAL R\$</b>							<b>429.147,00</b>	<b>5.149.764,00</b>

4.2. Distribuição por Secretaria (12 meses):





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA	ITEM 01	ITEM 03
	QUANT.	QUANT.
AJUPREV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU	02	
CGM – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	02	
FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01	
FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	06	01
FUNCAJU – FUNDAÇÃO CULTURAL CIDADE DE ARACAJU	04	
FUNDAT – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO	01	
PGM – PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	01	
SECOM – SECRETARIA MUNICIPAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	02	
SEGOV – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	20	
SEMA – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	08	
SEMDE – SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVACAO	02	
SEMDEC – SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA SOCIAL E DA CIDADANIA	01	
SEMED – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	15	
SEMFAS – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	01	01
SEMFAZ – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	10	
SEMPI - SECRETARIA MUNICIPAL DA ARTICULAÇÃO, PARCERIAS E INVESTIMENTOS	01	
SEPLOG – SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	02	
SETUR – SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO	02	
SMTT – SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO	06	
SALDO – CONTRATO	63	08
<b>TOTAL</b>	<b>150</b>	<b>10</b>

4.3. Somente haverá pagamento dos QUANTITATIVOS formalmente solicitados pelo Contratante e efetivamente colocados à disposição pela empresa Contratada.

4.3.1. A Contratada, não poderá postular qualquer tipo de indenização seja ela administrativa e/ou judicial decorrente do não pedido de todo quantitativo previsto no item 4.1 deste Contrato.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

4.4. Logo, ao longo da vigência contratual, o Contratante poderá contratar no todo ou em parte os quantitativos de veículos, deste Contrato.

**4.5. Sobre os veículos:**

4.5.1. Os veículos fornecidos, em cada item, deverão ser de uma única marca e modelo, preferencialmente na cor branca, mantendo uniformidade em toda a frota.

4.5.2. Serão aceitos veículos com características superiores, bem como com opcionais não exigidos nas especificações, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos neste Contrato.

4.5.3. Os veículos dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 7 deverão ser substituídos quando a quilometragem atingir 70.000 km rodados ou 02 (dois) anos, o item 8 deverá ser substituído quando a quilometragem atingir 70.000km ou 03 (três) anos e o item 6 deverá ser substituído quando a quilometragem atingir 150.000 km rodados ou 03 (três) anos, no prazo de 15 dias úteis da solicitação formal do ÓRGÃO ANUENTE acompanhada do termo de anuência com a ordem de serviço e o devido empenho, apresentando o veículo com quilometragem máxima de 10.000 km/rodados para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 7, veículo com quilometragem máxima de 15.000 km/rodados para o item 8 e veículo com quilometragem máxima de 40.000 km/rodados para o item 6.

4.5.4. Os veículos deverão ser entregues pela Contratada à Contratante com o tanque de combustível cheio (completo) no momento da entrega inicial, da substituição provisória (manutenção preventiva e corretiva) e troca definitiva. A Contratante sempre que fizer necessária a substituição provisória (manutenção preventiva e corretiva) e a devolução definitiva do veículo, o fará com tanque cheio (completo).

4.5.5. Todos os veículos, caso necessário, serão identificados com a marca e logotipo da Prefeitura Municipal de Aracaju, verificadas as normas vigentes para tal, sendo os custos dessa ação pagos pelo ÓRGÃO ANUENTE.

4.5.6. O veículo deverá ser entregue com película de segurança e controle solar incolor no para-brisa e na cor preta nos demais vidros, com rejeição de no mínimo 90% da radiação UV e com transmitância luminosa mínima, nos termos da resolução CONTRAN nº 960/2022.

4.5.7. Conformidade Ambiental: o veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu regulamento e resoluções).

4.5.8. Sem motorista, sem combustível, km livre, manutenção preventiva e corretiva a cargo da Contratada, seguro com cobertura total comprovada através do número da apólice a ser fornecida na entrega do veículo. Equipado com todos componentes de segurança exigidos pelo CONTRAN.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**4.6. Seguro Automotivo:**

4.6.1. A CONTRATADA deverá contratar apólice de seguro junto ao mercado para manter seguro de proteção total (veículo, terceiro, condutor e passageiros), sem franquias para o CONTRATANTE, com cobertura para acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio e contra terceiros, devendo ainda contemplar vidros, assistência 24 horas, reboque e táxi, e ainda cobertura para danos pessoais e materiais, durante o prazo de vigência do contrato, nas seguintes condições mínimas:

4.6.1.1. Danos materiais: total segurado, mínimo de R\$ 150.000,00 (cem mil reais).

4.6.1.2. Danos corporais: total segurado, por pessoa, mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

4.6.2. Adotar todas as providências necessárias ao socorro de vítimas, em caso de acidente e informar imediatamente ao CONTRATANTE.

4.6.3. Manter serviços de Assistência de 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, detalhando sua rede de atendimento, incluído reboque, táxi ou carro reserva para transporte de passageiros

4.7. Os prazos e condições para liquidação e pagamento, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas nos itens abaixo.

**4.7.1. Do pagamento:**

4.7.1.1. Deverá ser realizada a liquidação da despesa mensalmente no prazo **de até 30 (trinta) dias corridos**, com o posterior pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo **de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente, certificada pelo Fiscal do Contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

4.7.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

4.7.1.3. Os pagamentos serão realizados de forma independente por cada Órgão ou Entidade Anuente.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

4.7.1.4. A suspensão dos serviços, nos termos do art. 137, § 2º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, somente poderá atingir o Órgão ou Entidade Anuente ao Contrato Centralizado que esteja em situação de inadimplência.

4.7.1.5. Caso o objeto da contratação contemple a prestação de serviços e a aquisição de bens, o fornecedor deverá emitir uma nota fiscal para o fornecimento de material e uma nota fiscal para a prestação de serviços, considerando o percentual do objeto que corresponde a material e o percentual que corresponde a serviço indicado no item 4.1 deste contrato, incidindo sobre cada uma delas o valor do imposto do ICMS e do ISSQN correspondente.

4.7.1.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida indicadas no item 4.1 deste contrato.

4.7.1.7. Os fornecedores sediados fora do Município de Aracaju devem emitir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS a cada serviço prestado, através de prévio cadastro na página eletrônica do Município de Aracaju, na forma do Decreto Municipal nº 3.393/2011 e suas alterações.

4.7.1.8. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

4.7.1.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

4.7.1.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.7.1.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.7.1.12. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.7.1.12.1. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no ITEM – 4.7.1.12, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo-lhe prazo específico para fazê-lo.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

4.7.1.12.2. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 4.7.1.12.

4.7.1.13. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7.1.14. Não haverá pagamento antecipado.

4.7.1.15. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

4.7.1.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**4.7.2. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro:**

4.7.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no período de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 01/09/2025.

4.7.2.2. Após o interregno de um ano, os preços contratados serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e o prazo para resposta ao pedido de reajuste será de até 30 dias.

4.7.2.3. O pedido de reajuste deverá ser formulado pela Contratada, sob pena de preclusão, antes de eventual prorrogação nos termos do inciso I, do § 4º, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7.2.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.7.2.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

4.7.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

4.7.2.8. Os reajustes de preço serão formalizados por meio de apostilamento, de acordo com o disposto no art. 136, da Lei Federal nº 14.131/2021.

4.7.2.9. A Contratante ou a Contratada podem solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando verificado fato imprevisível ocorrido após a apresentação da proposta, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

4.7.2.9.1. O evento seja futuro e incerto.

4.7.2.9.2. O evento não ocorra por culpa da Contratada.

4.7.2.9.3. A modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante.

4.7.2.9.4. Haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da Contratada.

4.7.2.9.5. Seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

4.8. Os pagamentos serão realizados de forma independente por cada Órgão e Entidade Contratante, de acordo com a execução e recebimento de sua quota-parte do objeto.

4.9. O atraso de pagamento superior a dois meses a que se refere o §2º, do inciso IV, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, autoriza o Contratado a optar pela suspensão da execução da quota-parte do objeto ou a extinção da quota-parte do contratante anuente inadimplente.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

5.1. As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento dos Órgãos e Entidades Contratantes Anuentes, especificadas no Termo de Anuência.

5.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante Termo de Apostilamento ao Contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES.**

6.1. As obrigações da Contratante e da Contratada, inclusive aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPS, estão discriminadas abaixo.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**6.2. Compete ao órgão Contratante Principal as atribuições elencadas no art. 29, do Decreto Municipal nº 7.178/2023.**

**6.2.1. Obrigações da Contratante Principal – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão / SEPLOG – PMA a Gestão do Contrato:**

6.2.1.1. A realização de todas as atividades necessárias ao planejamento e ao processamento da licitação destinada à contratação centralizada.

6.2.1.2. A formalização e gerenciamento do Contrato Corporativo em nível central, incluindo a comunicação e a coordenação da execução contratual pelos órgãos e entidades anuentes, a aprovação dos termos de anuência, a realização de eventuais remanejamentos das quotas-partes entre os anuentes, a realização de eventuais alterações contratuais que se façam necessárias durante a execução contratual.

6.2.1.3. A Coordenadoria de acompanhamento de Contratos pertencente à Central de Compras e Licitações órgão que será responsável pelo gerenciamento do objeto Contratual.

6.2.1.4. Intermediar as relações entre Contratada e os Órgãos e Entidades Anuentes.

6.2.1.5. Receber dos Órgãos e Entidades Anuentes, validar e enviar à Contratada os Termos de Anuência antes do início da prestação do serviço.

6.2.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

6.2.1.7. Monitorar a utilização do serviço em nível geral, inclusive o saldo dos recursos financeiros remanescentes em relação às demandas contempladas nos termos de anuência pelos Órgãos e Entidades Anuentes.

6.2.1.8. Promover, auxiliado por cada Órgão ou Entidade Anuente, o acompanhamento do Contrato em relação aos seus aspectos quantitativos, anotando em registro próprio as falhas que lhe tenham sido comunicadas pelos Órgãos ou Entidades Anuentes e exigindo a adoção de medidas corretivas pela parte Contratada, se for o caso.

6.2.1.9. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços ou da qual tenha sido informadas pelos Órgãos ou Entidades Anuentes.

6.2.1.10. Solicitar à Contratada a correção dos serviços executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com o objeto contratado.

6.2.1.11. Redefinir o prazo e/ou cronograma do projeto em conjunto com a Contratada, caso alguma situação estratégica venha impactar as atividades.





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

6.2.1.12. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais concorrentes.

6.2.1.13. Exigir o cumprimento das obrigações da Contratada, inclusive quanto a não interrupção do serviço.

**6.3. Compete aos Órgãos e Entidades Contratantes Anuentes as atribuições elencadas no art. 30, do Decreto Municipal nº 7.178/2023.**

**6.3.1. Obrigações da Contratante Anuente:**

6.3.1.1. A análise e indicação de sua demanda real para o objeto no período previsto para a vigência do Contrato, através do Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras, acompanhada de justificativa da contratação, de declaração de disponibilidade orçamentária e financeira para realização da despesa relativa à sua quota-parte do objeto, bem como de autorização do Comitê de Gestão do Município de Aracaju – COGEST, a que se refere o Decreto Municipal nº 6.693/2022.

6.3.1.2. A formalização de sua participação na Contratação Centralizada, no prazo estipulado pelo Contratante Principal, através do encaminhamento de Termo de Anuência, observado do disposto nos arts. 32 e 33, do Decreto Municipal nº 7.178/2023.

6.3.1.3. A emissão da ordem de serviço para formalizar a execução da sua cota-parte do objeto junto ao Contratado.

6.3.1.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução da sua cota-parte do objeto do Contrato, inclusive quanto ao recebimento provisório e definitivo do serviço executado.

6.3.1.5. O empenho, a liquidação e o pagamento da despesa relativa à sua cota-parte do objeto executado, conforme regras definidas neste Contrato.

6.3.1.6. A comunicação ao órgão contratante principal acerca de eventuais ocorrências e inconformidades verificadas na execução contratual.

6.3.1.7. O acompanhamento do Contrato ao qual anuiu, inclusive quanto às eventuais alterações realizadas, a fim de assegurar o correto cumprimento de suas disposições.

6.3.1.8. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à SEPLOG/CCL/COAC as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3.1.9. Assegurar-se da boa prestação e qualidade do serviço prestado.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

6.3.1.10. Notificar à Contratada e a SEPLOG/CCL/COAC relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fazendo juntada dos documentos necessários, relatório das ocorrências (falhas) observadas na execução do Contrato.

6.3.1.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao serviço prestado.

6.3.1.12. Nomear um representante do Setor de Transporte como Fiscal da cota-parte ao Contrato de cada Órgão ou Entidade Anuente para intermediações de solicitações de serviços por parte do respectivo órgão junto à Contratada.

6.3.1.13. Comunicar eventual prática de infrações administrativas pelo fornecedor à Comissão Permanente de Apuração de Infrações – CPAI, acompanhada dos meios de prova correspondentes.

6.3.1.14. A Contratante sempre que fizer necessária a substituição provisória (manutenção preventiva e corretiva) e a devolução definitiva do veículo, o fará com tanque cheio (completo).

6.3.1.15. A Contratante inspecionará regularmente os veículos e, se constatar alguma irregularidade, notificará a Contratada.

6.3.1.16. Em caso de necessidade de devolução do veículo, a Contratante deverá comunicar formalmente à Contratada, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos, porém, se a devolução for por problemas nos veículos ou descumprimento do Contrato será de 10 (dez) dias corridos.

6.3.1.17. Exercer a fiscalização dos serviços por profissionais especialmente designados.

6.3.1.18. Não sublocar/ceder os veículos objeto deste Contrato.

6.3.1.19. Recolher os veículos, após a jornada de trabalho nas instalações da Prefeitura de Aracaju, salvo exceções necessárias por motivos operacionais, oficialmente autorizado pelo Ordenador de Despesa da pasta.

6.3.1.20. Registrar a utilização, controle e gestão dos veículos, conforme o formulário (ordem de tráfego) estabelecido em legislação vigente.

6.3.1.21. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa Contratada.

6.3.1.22. Quando ocorrer multas de trânsito:

6.3.1.22.1. Tendo em vista que os veículos serão alugados sem motorista, logo, eventuais multas de trânsito serão



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

de responsabilidade do Contratante.

6.3.1.22.2. Caberá ao Contratante realizar as devidas apurações da origem de qualquer multa.

6.3.1.22.3. Caso a origem da multa seja decorrente de problema do veículo colocado à disposição do Contratante, o pagamento será de inteira responsabilidade da Contratada.

6.3.1.22.4. Quando do recebimento da notificação de infração, identificar de imediato o condutor, ou, devolver a notificação à Contratada, caso a infração seja de sua responsabilidade:

6.3.1.22.4.1. Ingressar com recurso em tempo hábil quando não houver concordância de sua parte, ou do servidor condutor, na aplicação da infração.

6.3.1.22.4.2. Providenciar o pagamento das infrações de trânsito de sua responsabilidade exclusiva, ou do servidor condutor, aplicadas no período correspondente à execução do Contrato, não se admitindo a postergação do pagamento das mesmas, podendo o gestor do órgão ser responsabilizado pela demora em instaurar os procedimentos apuratórios que deverão ser sumários, obedecendo aos prazos processuais, conforme a legislação vigente.

6.3.1.23. Quando ocorrer avarias e sinistros a Contratante é a responsável por:

6.3.1.23.1. Em caso de sinistro, notificar a Contratada imediatamente sobre o fato e encaminhar cópia do Boletim de Ocorrência, bem como Fotos e Laudo Pericial (quando existirem).

6.3.1.23.2. O Laudo Pericial deve ser solicitado pela Contratante no local do acidente, sempre que houver vítima fatal.

6.3.1.23.3. Quando os sinistros envolverem terceiros, o Boletim de Ocorrência deve conter declaração de todos os envolvidos.

6.3.1.23.4. Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo, devidamente instruído com no mínimo os seguintes documentos:

a. Boletim de Ocorrência.

b. Ordem de trânsito.

c. Três orçamentos de cotações de preços (que comprovem que os equipamentos e serviços constantes utilizados pela empresa correspondem aos valores praticados no mercado).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

d. Notas fiscais das empresas que prestaram os serviços e/ou forneceram peças.

e. Demais documentos necessários à comprovação da negligência, imperícia, imprudência, dolo, ou ato ilícito do servidor.

6.3.1.23.5. Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo.

6.3.1.23.6. Nos casos em que ocorrer danos com perda total do veículo, comprovada a responsabilidade exclusiva por parte do Contratante, apurado pelo competente processo administrativo, e ocorrido o ressarcimento, caberá à Contratada a guarda e conservação do veículo, até que ocorra a transferência de propriedade e posse ao Contratante.

6.3.1.23.7. Os serviços de reboque e manutenção em razão de acidentes, panes, sinistro e demais situações que impossibilitem a utilização ou locomoção do veículo locado ocorrerá sob exclusiva responsabilidade da Contratada, em todo o território sergipano e fora do Estado de Sergipe. Atenção: será de responsabilidade do seguro da empresa Contratada providenciar o retorno dos ocupantes do veículo para o endereço da Contratante.

6.3.1.24. No término dos serviços, os veículos deverão ser devolvidos à Contratada, após realização de inspeção pela Contratada e acompanhada por representante da Contratante. Caso sejam constatadas avarias que não sejam do uso comum do veículo, sendo por mau uso, negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela Contratante, será elaborado relatório técnico com apresentação pela Contratada de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela Contratante.

6.3.1.25. Caberá a Contratante a gestão da guarda dos veículos após o uso diário, feriados e fins de semana, ou seja, em todo período que durar a locação.

#### **6.4. Obrigações da Contratada:**

##### **6.4.1. Obrigações Gerais:**

6.4.1.1. Executar o serviço objeto desta contratação de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Contrato e Termo de Referência.

6.4.1.2. Refazer ou corrigir, obrigatoriamente, qualquer serviço que esteja em desconformidade no mesmo prazo definido para execução, ou em prazo específico caso tenha sido definido em cláusula própria deste Contrato ou pelo Fiscal do Contrato.

6.4.1.3. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

subscrito pela Contratada.

6.4.1.4. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.4.1.5. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.4.1.6. Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual.

6.4.1.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade.

6.4.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação.

6.4.1.8. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do objeto.

6.4.1.9. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência.

6.4.1.10. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora.

6.4.1.11. Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes.

6.4.1.12. Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do Contrato.

6.4.1.13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.

6.4.1.13.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

6.4.1.14. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

6.4.1.15. Comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, para conhecimento e adoção das providências necessárias, inclusive quanto à análise de viabilidade de manutenção da relação contratual.

6.4.1.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.

**6.4.2. Obrigações relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD:**

6.4.2.1. As partes declaram ciência e anuência à obrigação de cumprimento das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação.

6.4.2.1.1. A Contratada declara ter ciência de que os dados a que tiver acesso devem ser utilizados apenas para as finalidades indicadas pela Contratante e de acordo com a boa-fé e com os princípios constantes no art. 6º da LGPD.

6.4.2.1.2. É expressamente vedado o compartilhamento de dados pessoais.

6.4.2.1.2.1. No caso de uma excepcionalidade, caberá à Contratada informar à Contratante prévia e formalmente, ficando o compartilhamento condicionado à sua autorização expressa.

6.4.2.1.2.2. Sendo o consentimento do titular a única base legal utilizada para o tratamento de dados pessoais, a autorização de que trata o inciso I estará condicionada à assinatura de novo Termo de Consentimento pelo titular de dados, a ser providenciado única e exclusivamente pela Contratante.

6.4.2.1.3. Nos casos em que for admitida em Contrato a subcontratação, a Contratante deverá ser informada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis sobre a intenção de contratação de suboperadores pela Contratada, condicionando-se a contratação à anuência expressa da Contratante.

6.4.2.1.3.1. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.4.2.1.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

não prescritas essas obrigações.

6.4.2.1.5. É dever de a Contratada fomentar e disponibilizar treinamento e ações de conscientização relacionados à Proteção de dados pessoais e Privacidade aos responsáveis pela execução do Contrato, garantindo, assim, a implementação de Boas Práticas e Governança, nos termos dos artigos 50 e 51 da LGPD.

6.4.2.1.6. A Contratante poderá realizar diligência e/ou auditorias para aferir o cumprimento de todos os itens constantes na presente cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis.

6.4.2.1.7. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável uma única vez mediante justificativa aceita pela Contratante, quaisquer informações acerca dos dados pessoais tratados em decorrência do presente Contrato para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.4.2.1.8. Bancos de dados formados a partir de Contratos Administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.4.2.1.9. Os bancos de dados a que se refere o item 6.4.2.1.8 devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, bem como o atendimento de direitos dos titulares de dados, notadamente o direito de acesso.

6.4.2.1.10. A Contratada declara estar ciente e de acordo de que as previsões desta cláusula estão sujeitas a alterações, mormente no que diz respeito aos procedimentos de tratamento de dados pessoais.

a) As alterações a que se refere o item 6.4.2.1.10 podem ocorrer quando indicado pela Contratante e/ou pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

b) Nas hipóteses a que se refere o item 6.4.2.1.10, a alteração será formalizada por intermédio de assinatura de Termo Aditivo ao Contrato.

6.4.2.1.11. Fica estabelecida a vedação de transferência de dados pessoais constantes na base de dados da Contratante a empresas privadas, com exceção à previsão dos incisos I a V do § 1º do artigo 26 da LGPD.

6.4.2.1.11.1. Sendo constatada a ocorrência de uma das exceções previstas nos incisos indicados no item 6.4.2.1.11, as partes declaram que comunicarão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da celebração do contrato, nos termos do § 2º do artigo 26 da LGPD.





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

7.1. As regras relativas à Garantia de Execução do Contrato estão discriminadas abaixo.

**7.2. DA GARANTIA CONTRATUAL:**

7.2.1. Será exigida garantia contratual da execução, nos moldes do artigo 96, da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

7.2.1.1. Caso a garantia tenha se constituído na forma de carta de fiança fidejussória, o fiscal do Contrato deverá verificar se foi emitida por instituição que possua a devida autorização do Banco Central do Brasil para operar como instituição financeira e, como tal, a prestar garantia sob a forma de fiança bancária.

7.2.1.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.2.1.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.2.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

7.2.1.5. Caso utilizado outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.2.1.6. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.2.1.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada. e,

c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

7.2.1.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.2.1.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em decorrência do disposto no art. 1º, IV, do Decreto Lei Nº 1.737/1979.

7.2.1.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

7.2.1.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827, do Código Civil.

7.2.1.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.2.1.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.2.1.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.2.1.15. A garantia contratual prestada deverá cobrir, além das obrigações pactuadas, o pagamento de multas e obrigações trabalhistas.

7.2.1.16. A garantia será atualizada nas mesmas condições do Contrato.

7.2.1.17. O atraso da entrega da garantia, superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contratante a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

7.2.1.18. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.2.1.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

7.2.1.20. A Contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. As regras relativas ao modelo de Gestão Contrato estão discriminadas abaixo.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias através de termo de apostilamento ao Contrato.

8.4. A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, por meio de Gestor e Fiscal integrantes do Órgão/Secretaria Anuente a serem oportunamente designados, nos termos do artigo 19, do Decreto Municipal nº 7.178/2023 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

8.4.1. O Fiscal designado acompanhará e anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.4.2. O Fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.4.3. O Fiscal do Contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma dos artigos 74 e 75 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 316 e 317 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso.

8.4.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.5. Critérios de recebimento e aceitação do objeto:**

8.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contado a partir do recebimento dos veículos, pelo(a) responsável no acompanhamento e fiscalização do Contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento de exigências de caráter técnico.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

8.5.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato, Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.1.2. Será realizada inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de (profissionais técnicos e/ou profissionais encarregados pelo serviço), com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques ou revisões que se fizerem necessários.

8.5.1.3. Ao final de cada período de faturamento, o Fiscal Técnico do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

8.5.1.4. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e instruções exigíveis.

8.5.1.5. No prazo indicado no item 8.5.1, o Fiscal ou a Equipe de Fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado de acordo com suas atribuições e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

8.5.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado, após verificação da qualidade e quantidade do serviço executado.

8.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 8.5.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5.4. O aceite ou aprovação do(s) serviço(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º, do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato, ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

**8.6. Rotinas de fiscalização:**

8.6.1. As competências do Gestor e Fiscal são as estabelecidas na Instrução Normativa Conjunta nº 002, de 11 de julho de 2023, cabendo-lhes o conhecimento dos artigos 69 a 86, desde já estabelecido que as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

8.6.2. As comunicações entre Contratante e Contratada deverão ser formalizadas preferencialmente por meio digital



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

que assegure a confirmação do seu recebimento, com prazo máximo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas.

8.6.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6.4. Sendo constatadas irregularidades durante a execução do serviço, os Fiscais deverão notificar a Contratada para correção nos prazos existentes neste instrumento e, não havendo a devida correção, deverão comunicar ao Gestor para providências.

**8.7. Fiscalização:**

8.7.1. O Fiscal do Contrato acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.2. O Fiscal do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.4. O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

8.7.6. O Fiscal do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.8. Aplica-se à Gestão e à Fiscalização deste Contrato Corporativo as disposições dos arts. 35 a 38, do Decreto Municipal nº 7.178/2023.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E MULTAS.**

9.1. As sanções referentes à execução do Contrato são aquelas previstas no item 10 do Edital, consoante gradação



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

da penalidade de multa compensatória discriminada nos itens abaixo.

9.2. As sanções referentes à execução do contrato, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada a seguir:

9.2.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções segundo a natureza e a gravidade da falta, garantidos o contraditório e a prévia defesa, de acordo com as disposições previstas em legislação vigente.

9.2.1.1. Advertência.

9.2.1.2. Multa, observados os seguintes limites máximos:

9.2.1.2.1. 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela administração, o adjudicatário não assinar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido o processo de licitação.

9.2.1.2.2. 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou Contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do Contratado.

9.2.1.2.3. 10% (dez por cento) do valor remanescente do Contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade não abrangida anteriormente.

9.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação, bem como o impedimento de contratar com o Município de Aracaju, por prazo de até 3 (três) anos.

9.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

9.2.2. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeita o contratado à multa de mora, que deve ser graduada obedecendo aos seguintes limites máximos:

9.2.2.1. 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

9.2.2.2. 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por dia subsequente ao trigésimo.

9.2.3. Nas hipóteses dos itens “9.2.2.1” e “9.2.2.2”, o atraso deve ser contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior à sua efetivação.

9.2.4. A multa a que se refere o **ITEM – 9.2.2** não impede que a Administração Pública Municipal rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções previstas neste Contrato.

9.2.5. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

10.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados nos artigos 124 a 136, da Lei Federal 14.133/2021, devidamente comprovados.

10.1.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do Contrato.

10.1.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO.**

11.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 137, 138, 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. Na ocorrência da rescisão prevista no item 11.1, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no §2º, do art. 138, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO**

12.1. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no art. 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

13.1. O presente Contrato fundamenta-se:

13.1.1. Nos termos do Pregão Eletrônico nº 65/2025 que, simultaneamente:

a) Constam do Processo Administrativo nº 88.428/2025.

b) Não contrarie o interesse público.

13.1.2. Nas demais determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas correspondentes alterações.

13.1.3. Nos preceitos do Direito Público.

13.1.4. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

13.2. Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.**

14.1. A Contratante providenciará, na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2021, até o 20 dias úteis contados da data de sua assinatura, a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

15.2. E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

ARACAJU (SE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.



Assinado digitalmente por ILANA LIMA  
LUSTOSA:003\*\*\*115\*\* em 08/10/2025 09:07:09

---

**AUTOMOVE LOCADORA DE VEICULOS LTDA  
REPRESENTANTE: ILANA LIMA LUSTOSA  
RG: 31\*\*\*\*\*6 SSP/SE CPF: 003.\*\*\*.\*\*\*-63**



Assinado digitalmente por RODRIGO THYAGO DA SILVA SANTOS:002.\*\*\*.31\*.  
Data: 08/10/2025 15:26:12  
Validar em <https://aracajucompras.se.gov.br/validar/check.aspx?chave=28FDF7D5>

---

**RODRIGO THYAGO DA SILVA SANTOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**